

É o dono do quintal quem decide

Digamos que, hipoteticamente, por algum infortúnio da vida, você fosse obrigado a aceitar guarida no terreno de um parente. Nesta situação, você pôde construir uma pequena casa no quintal. O parente ocupa a casa originalmente projetada para o terreno e você vai se ajeitando no quintal. Esse arranjo obviamente implica não incomodar o proprietário do terreno – afinal, esse infortúnio é temporário e você pretende sair dali em breve –, e todas as suas ações estão balizadas por um princípio: “o dono do quintal decide”.

A circunstância política no Brasil é semelhante a essa – obviamente considerando todos os agravantes em se tratando de um Estado nacional. Os estrangeiros são os donos do terreno.

Somos impedidos de explorar riquezas naturais, industrializar nossa economia e até de fazer nossas políticas de segurança.

Metade de nosso território é ocupado por ONGs financiadas por Estados e corporações estrangeiras. Suas políticas já impediram a exploração da margem equatorial, a criação de rodovias e ferrovias para escoamento de produção e criaram o caos na segurança pública.

Você provavelmente já viu alguma notícia sobre alguma ONG ligada à agenda verde fazendo o uso de “especialistas” e políticos para lutar ferozmente contra o desenvolvimento do Brasil. Também já deve ter ouvido falar sobre uma ONG de direitos humanos que pautou a discussão da segurança pública e acabou por criar algum dispositivo jurídico ou administrativo absurdo para estimular a impunidade. Tudo isso ocorre sob pressão e influência direta de instituições internacionais ou ONGs, sem mencionar os “padrões internacionais” que nossos políticos acabam aderindo docilmente – seja no combate à corrupção, regulamentação da economia ou políticas de educação.

No entanto, quando se trata de estrangeiros querendo explorar nossas riquezas, não há qualquer empecilho.

Um bom exemplo é da estatal chinesa CNMC (China Nonferrous Metal Mining Group) que comprou as operações da mineradora Taboca, que atua na mina do Pitinga, na região da hidrelétrica de Balbina, em Presidente Figueiredo (AM). A transação foi de R\$ 2 bilhões (US\$ 340 milhões). Localizada aproximadamente a 100 km de Manaus (AM), a reserva tem estoque estimado para durar por 100 anos e opera com uma capacidade de produção de 17,9 milhões de toneladas anuais de minério.

Ex-subsidiária da Parapanema, a companhia estava desde 2008 sob controle da peruana Minsur, uma das principais produtoras de estanho do mundo e associada ao fundo Profuturo AFP, controlado pelo banco canadense Scotiabank. Agora, a Taboca e sua mina de Pitinga, que também contém nióbio e tântalo associados, está nas

- No Brasil, organizações e empresas estrangeiras têm mais acesso e poder sobre as instituições do que o próprio povo.
- Nossas operações econômicas não seguem interesses de Estado e somos incapazes de planejar a economia.
- A China pressionou o Brasil para seguir seus interesses de Estado e prosseguir com seu processo de industrialização.



mãos da CNMC (China Nonferrous Mining Metal Company), estatal chinesa que está presente no Irã, na Zâmbia e na RDC; e cuja atuação é marcada por denúncias de violações ambientais, trabalhistas e até suborno.

A China é a maior consumidora mundial de estanho - cerca de 50% do mercado. O mineral é usado para soldas, embalagens metálicas, componentes eletrônicos como semicondutores, sensores e telas sensíveis ao toque; além de componente essencial do bronze, é usado em revestimentos de outros metais como aço. É também aplicado em tintas, verniz, cremes dentais, como aditivo para estabilização térmica na indústria plástica e catalisador para espumas de poliuretano e silicões. A CNMC, portanto, atua como importante braço econômico do PCCh para garantir o fornecimento internacional de um minério essencial para a expansão industrial chinesa.

Pense por um minuto: essa venda foi uma boa operação para o Brasil, ou a China usou de sua influência em terras tupiniquins para garantir seu interesse de Estado?

Qual seria o interesse do Brasil em vender uma operação desse porte para a China, enquanto ela está em declarada guerra comercial com os EUA?

Não queremos subserviência e alianças incondicionais com os EUA, muito menos qualquer interrupção de matérias primas para a China com o fim de agradar o tio Sam, mas exportar estanho para a China é coisa bem diferente do que estamos vendo aqui.

A verdade é que somos pressionados a servir aos interesses de estrangeiros que, gradativamente, vão dominando e explorando nossas riquezas.

Nós temos fortes ligações com a terra e a cultura brasoleira, não temos meios de impor nossa vontade às instituições nacionais, mas corporações, ONGs e estrangeiros assim o fazem. Essa bagunça poderia ser classificada como "colonialismo". Mas fiquemos com a expressão mais simples: o dono do quintal decide.

